

“Dar voz às pessoas que normalmente não a têm em quase nenhuma circunstância”.



**I FÓRUM NACIONAL
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

16 e 17 de Outubro de 2009

Centro de Férias do Inatel
Foz do Arelho



Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

Índice

	Página
1. Enquadramento	1
2. Definição de objectivos e metodologia	2
2.1. Objectivos	2
2.2. Metodologia	3
3. Destinatários	5
4. Sessão de Abertura	5
5. Conclusões dos grupos de trabalho	8
5.1. A pobreza envergonhada / Novas formas de pobreza	8
5.2. Saúde e pobreza	11
5.3. Emprego e desemprego	14
5.4. Rendimento Social de Inserção	17
6. Avaliação	20
7. Conclusão Final	23
Anexo: Lista de Participantes	28

1. ENQUADRAMENTO

A Participação das pessoas que vivem ou viveram em situação de pobreza e/ou exclusão social, encontra-se na raiz do pensamento e da filosofia de actuação da REAPN. Trata-se de “ *Dar voz às pessoas que normalmente não a têm, em quase nenhuma circunstância*”.

A ideia de promoção da cidadania está intimamente ligada a esta forma de actuação, particularmente entre os grupos sociais mais desfavorecidos. Este tipo de eventos pretende promover a discussão – e a participação – dessas pessoas, de forma a poderem pronunciar-se sobre as medidas de política social que afectam directa ou indirectamente a sua vida quotidiana. Questões centrais como o Rendimento Social de Inserção, medidas que visam a empregabilidade, a formação profissional, o subsídio de desemprego, a habitação social, o acesso à saúde, a qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos e muitas outras, são preocupações quotidianas destes grupos e das organizações que no “terreno” com eles trabalham.

Este evento encontra as suas origens no próprio espaço europeu, das quais a REAPN faz parte por integrar a European Anti-Poverty Network. Com efeito, desde 2001 que os Encontros Europeus de Pessoas em Situação de Pobreza são organizados anualmente e constituem um evento fundamental na interlocução sobre as questões da pobreza, entre a Comissão e o Parlamento Europeus, por um lado, e as ONG’s do sector, por outro. A experiência europeia, tem permitido desencadear um movimento emergente associativo, partindo do nível local para o europeu: estão a desenvolver-se redes que permitem que o fluxo circule nos dois sentidos – para baixo e para cima. No entanto, estas redes são ainda insuficientes, necessitam de ser reforçadas, no sentido de consolidarem o diálogo que está em curso: as pessoas em situação de pobreza e os responsáveis pela elaboração, concepção e execução das políticas sociais.

Em Portugal, a REAPN tem promovido e desenvolvido este movimento de cidadania, quer a nível distrital – através dos grupos de trabalho de pessoas em situação de pobreza – quer a nível regional – em 2007 e 2008 organizaram-se fóruns regionais com o mesmo tipo de metodologia, ensaiando em 2009 um evento similar mas de âmbito nacional. A organização deste evento, torna-se assim possível, em primeiro lugar, pelo esforço de mobilização das estruturas locais da REAPN na promoção desta filosofia de trabalho e no desenvolvimento de projectos, grupos de trabalho e fóruns ao nível distrital, que têm como objectivo obter a perspectiva dos cidadãos em situação de pobreza a respeito da sua qualidade de vida, da avaliação das políticas de redução da pobreza e – acima de tudo – permitir que esses mesmos cidadãos analisem as suas situações para que iniciem os seus próprios processos de capacitação. A data da realização deste Encontro, está directamente relacionada, com o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (que se assinala a 17 de Outubro¹). Nesta data, a REAPN aposta numa estratégia de visibilidade, procurando desde

¹ Ver em Anexo Declaração da REAPN elaborada para assinalar o referido dia.

há anos, desenvolver um conjunto de iniciativas, para que a data seja de facto um marco na luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal.

O 17 de Outubro, constitui para a REAPN, uma data importante, porque mobiliza a sociedade civil para um combate que é de todos e salienta a importância da participação nesse combate. Não se trata apenas de marcar um dia internacional, mas uma jornada que tem por missão assinalar algo tão fundamental que se encontra inclusivamente inscrito nos próprios princípios da construção europeia. Mas pretendemos ir mais longe: a participação tem que ser um processo diário, quotidiano, porque a luta contra a pobreza é também um processo quotidiano. Foi neste contexto que surgiu a proposta de realização deste I Fórum Nacional substituindo os Encontros Regionais do mesmo tipo realizados em anos anteriores.

Sendo esta a primeira vez que a REAPN organiza um Fórum de nível nacional, ficará desde logo uma forte impressão, descrita por inúmeros participantes; a de que a participação em si mesmo é muito importante, porque se deu a oportunidade a pessoas que experienciam de diferentes formas situações de vulnerabilidade social a verbalizar a sua própria condição. Foi possível dizer que esta não é uma fatalidade e que as pessoas que se encontram nestas situações são capazes, não só de se fazerem ouvir, mas também ter um espírito crítico e agir. Apesar da transversalidade do(s) problema(s), e tendo em conta o tempo disponibilizado (outra das opiniões repetidas muitas vezes), centrámos a discussão dos grupos de trabalho em quatro temáticas fundamentais, a saber:

- 1) o Rendimento Social de Inserção (qual o significado para os participantes, uma vez que na sua grande maioria eram beneficiários desta medida);
- 2) as novas formas de pobreza (tema inerente à actual crise económica e social);
- 3) a saúde e a pobreza;
- 4) o emprego/desemprego.

O presente documento resulta deste Fórum Nacional e tem como objectivo principal, promover uma reflexão sobre o que pensam as pessoas que mais directamente beneficiam das diversas políticas sociais e promover uma interpelação directa aos responsáveis pela concepção e aplicação de medidas de política social na área da luta contra a pobreza. Por isso mesmo, será disponibilizado às entidades públicas (de nível central e local), às ONG's, bem como à imprensa.

2. DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS E METODOLOGIA

2.1. Objectivos

No seguimento das actividades realizadas em anos anteriores e da estratégia de, por um lado, dar visibilidade pública ao Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e, por outro lado, dar voz aos excluídos, a REAPN desenvolveu este Fórum seguindo os seguintes objectivos:

- Ouvir as Pessoas em Situação de Pobreza sobre os vários sistemas com que interagem no seu quotidiano, promovendo o direito a serem escutadas em temas que directamente influenciam a sua vida;
- Activar competências pessoais e sociais através da criação de um espírito de proximidade e de equidade entre todos os participantes Promover a audição, por parte de entidades públicas com responsabilidade na área da intervenção, das opiniões, críticas e expectativas dos participantes no Fórum nacional.

2.2. Metodologia

O I Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza, decorreu a 16 e 17 de Outubro de 2009, no Centro de Férias do INATEL, na Foz do Arelho (**Anexo 2 – Programa**), tendo como destinatários principais e exclusivos, os beneficiários das medidas de política social. Nesse sentido, realizaram-se quatro workshops (com a duração de cerca de 3 horas que decorreram de tarde (dia 16) e manhã (dia 17), sobre os seguintes temas:

1. **A pobreza envergonhada/novas formas de pobreza;**
2. **Saúde e pobreza;**
3. **Emprego e desemprego;**
4. **Rendimento Social de Inserção;**

Cada Núcleo Distrital da REAPN foi responsável pela identificação dos participantes, ou seja, pessoas que estão (ou já estiveram) em situações de desfavorecimento social. Como forma de preparação deste Fórum, utilizou-se como metodologia o *Photovoice* – metodologia de activação das competências através da fotografia e da voz.

Esta metodologia consiste no desenvolvimento de várias sessões de trabalho com públicos em situação de desfavorecimento social, onde se procura que cada um se envolva, reflectindo sobre a sua situação e procurando exprimir essa reflexão através da imagem e da palavra.

A identificação e posterior inscrição dos participantes nos workshops teve como base um trabalho prévio feito por cada Núcleo Distrital através da utilização da metodologia *Photovoice*, complementada com outras metodologias: grupos de trabalho sobre a participação, reuniões de núcleo, reuniões específicas, participação nas redes sociais, nas plataformas supramunicipais, visitas institucionais, entrevistas, ...) e do envolvimento de um conjunto de parceiros como as instituições associadas e os serviços públicos locais.

A cada tema identificado (os 4 acima descritos) correspondia uma questão previamente formulada. Para responder a cada questão, cada participante utilizou uma máquina fotográfica de modo a captar as imagens que melhor representassem a sua reflexão e resposta à questão. Os temas identificados foram os seguintes:

1 A pobreza envergonhada/Novas formas de pobreza

Frase: O que é para si ser pobre? _ Participantes de Aveiro, Coimbra, Guarda, Lisboa e Faro

2 Saúde e pobreza

Frase: De que forma os problemas de saúde afectam a sua qualidade de vida? _ Participantes de Beja, Bragança, Vila Real e Viseu

3 Emprego e desemprego:

Frase: Qual a importância de ter um emprego? _ Participantes de Braga, Castelo Branco, Setúbal e Viana do Castelo

4 Rendimento Social de Inserção

Frase: O que significa para si ser beneficiário(a) de RSI? _ Participantes de Évora, Leiria, Portalegre, Porto e Santarém

Mais do que debater casos pessoais, o objectivo era discutir os princípios subjacentes aos sistemas de solidariedade, com base obviamente nas vivências concretas dos participantes, procurando contribuir assim efectivamente para a melhoria de situações quotidianas. Constituem exemplos:

- A partir de situações de incapacidade física, perceber de que forma actua o Sistema Nacional de Saúde e onde estão as suas falhas e os seus sucessos;
- A partir de casos de frequência sucessiva em cursos de formação, discutir a formação profissional como estratégia (de sucesso ou não) para aumentar o nível de qualificações dos portugueses e a sua integração no mercado de trabalho;
- A partir de situações de fragilidade social (idosos, crianças vítimas de maus tratos, deficientes, ...) discutir o papel do Estado enquanto garante do laço social na construção de uma sociedade mais equitativa.
- A situação perante o Emprego/Desemprego (grupos mais desfavorecidos perante o mercado de trabalho).
- Qual o papel, do Rendimento Social de Inserção, na superação das situações de maior vulnerabilidade social.

Para *responder* às questões suscitadas, cada workshop contou com uma equipa constituída por um facilitador e dois relatores, além de um voluntário que representou o grupo no painel final de questões e respostas. Os papéis de facilitador e de relator foram desempenhados por elementos da equipa técnica da REAPN presentes no evento. Os workshops estiveram abertos à participação dos técnicos das instituições que acompanharam as delegações distritais.

3. DESTINATÁRIOS

Como facilmente se depreende, os principais destinatários desta iniciativa foram pessoas que vivenciam ou vivenciaram, de algum modo, uma ou mais situações de desfavorecimento social, isto é, cidadãos/ãs em risco social, seleccionadas através de um trabalho em articulação com as instituições colaboradoras dos vários núcleos distritais da REAPN. Estiveram presentes **66** indivíduos oriundos de diversos contextos/problemáticas: toxicodependência, alcoolismo, desemprego, falta de condições de habitabilidade, reformas baixas, beneficiários de RSI, cidadãos com problemas de saúde e/ou incapacidades, etc. **(ver delegações de participantes em anexo)**

Tendo em consideração que este Encontro procurou *projectar a visão acerca das suas vidas a outros, especialmente a decisores (membros influentes nas comunidades, políticos, ...)* convidaram-se algumas entidades públicas com responsabilidades nas diversas áreas – estiveram representados os Governos Cívicos, Centros Distritais de Segurança Social, Centros de Emprego, as Sub-Regiões de Saúde – bem como instituições dos 18 distritos.

4. SESSÃO DE ABERTURA

A sessão de Abertura foi presidida por José Avides Moreira (Vice-presidente da Direcção da REAPN), e contou ainda com Francisco Carapinha (Director da Agência de Leiria do INATEL) e Sandra Araújo, (Coordenadora Técnica Nacional da REAPN), que explicitou a organização do evento e as metodologias a adoptar nos grupos de trabalho.

Destacamos a intervenção de José Avides Moreira no discurso inaugural do Fórum:

Um compromisso com as pessoas ...

Trabalhar na luta contra a pobreza em Portugal não é de todo uma tarefa fácil, é preciso muita perseverança, muita entrega e muitos sacrifícios. Os recursos são escassos e os problemas sociais agudizam-se cada dia. É preciso fazer frente a este problema de forma a conseguir debelá-lo. Não se pode trabalhar nesta área com o sentimento de que se vai fazendo. É preciso fazer, agir, mudar, para que possamos caminhar para um mundo sem pobreza.

O evento que hoje assinalamos precede um ano muito importante para a REAPN. O ano 2010 será o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social e onde se vai ouvir falar muito da pobreza e da exclusão social. Os meios de comunicação social, os decisores políticos, a população em geral vai estar mais alerta, sensível a estas questões e portanto é importante aproveitar esta oportunidade. É preciso garantir que neste próximo ano serão tomadas decisões que comprometam os governos, não só o português, mas todos os governos europeus, na luta contra a pobreza e a exclusão social. Será uma oportunidade a não perder para assegurar que 2010 marcará um novo ciclo, uma nova era em que será valorizada a coesão social e em que se apostam em medidas e políticas que favoreçam aqueles que menos têm. Da parte da REAPN pode

esperar-se um forte empenho que aliás de iniciou com a pressão realizada junto da Comissão Europeia para a escolha do ano 2010 como Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Temos vários projectos em mente; tentamos já há bastante tempo sensibilizar as autoridades públicas nacionais para a importância deste ano e estaremos definitivamente empenhados na concretização de diferentes actividades e projectos junto de vários públicos-alvo: crianças e jovens, a comunidade educativa, os nossos associados, as pessoas em situação de pobreza, etc.

Retomando agora um pouco aquilo que nos traz aqui hoje, para a REAPN, o dia 17 de Outubro simboliza o poder, o envolvimento, a capacidade de partilha. Simboliza o poder daqueles que na sociedade menos têm. Simboliza o envolvimento de todos os actores na luta contra a pobreza e exclusão social que é um dos flagelos das sociedades modernas. Simboliza a capacidade de partilha daqueles que mais têm com aqueles que nada têm.

É por isso um dia carregado de imagens, de sentimentos, de responsabilidades. Recordar o dia 17 de Outubro desde o início da fundação da REAPN em 1991 é recordar muitos momentos, muitas pessoas. E lembrar todos aqueles que ao longo destes anos colaboraram connosco para assinalar este dia.

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza é para nós um acontecimento que marca a trajectória da intervenção da REAPN. Com o passar dos anos temos tentado cada vez mais chamar a atenção para o protagonismo desta acção por considerarmos que enaltece um trabalho que é desenvolvido por uma vastidão de instituições que diariamente se debatem com dificuldades financeiras para realizar um trabalho em prol dos mais pobres.

A luta contra a pobreza e exclusão social é uma missão de todos os dias de um conjunto imenso de instituições e de pessoas e importa, com a comemoração deste dia, salientar que nunca será demais investir meios humanos e financeiros nesta causa que nós queremos que culmine na sua erradicação.

Consideramos que a erradicação da pobreza e exclusão social passa pelo envolvimento e participação das pessoas em situação de pobreza. É preciso que as pessoas que enfrentam situações difíceis possam ser envolvidas na resolução dos seus próprios problemas e apareçam como o rosto da esperança e da certeza de que é possível ultrapassar essas situações. Não é possível resolver os problemas das pessoas em situação de pobreza e exclusão social senão através da sua participação plena. Os pobres e os excluídos não são meros destinatários das acções; são os seus protagonistas. Se assim não for estaremos a perpetuar situações. Estaremos a criar uma sociedade mais dependente, mais susceptível de não conseguir vencer este flagelo que é a pobreza e a exclusão social.

A pobreza e a exclusão social, embora não constituam fenómenos novos na Europa surgem como uma das grandes desilusões da sociedade de abundância e do progresso. A prosperidade económica e o desenvolvimento destas sociedades deveria proporcionar o bem-estar crescente da população em geral e não deixar de fora certos grupos sociais. O aumento generalizado do bem-

estar não conseguiu que determinadas franjas da população deixassem de viver permanentemente numa situação de dependência face aos serviços sociais. Esta situação é por isso paradoxal, porque põe em risco os direitos fundamentais dos cidadãos.

Assim, o caminho a seguir passa por assumir a luta contra a pobreza e a exclusão como uma luta de todos de forma a atingir uma sociedade mais justa e mais coesa. O fracasso na luta contra a pobreza e a exclusão social é o fracasso da sociedade do desenvolvimento e do crescimento económico, da prosperidade.

As minhas palavras de hoje dirigem-se a um público muito especial, dirigem-se a pessoas que sabem de cor o que é a pobreza, o que é a falta de recursos, o que é acordar num presente muito pouco risonho. Dirigem-se a cidadãos e a cidadãs que estão empenhados em alterar a sua situação, em caminhar por trilhos menos sinuosos e em construir um futuro melhor. São precisas pessoas com esta vontade, com a capacidade de analisar os seus problemas e assumir uma atitude activa na resolução dos mesmos.

Consideramos que é possível erradicar a pobreza se conseguirmos aliar esforços entre aqueles que dinamizam e implementam as políticas sociais tão necessárias e as pessoas que vivem em situação de pobreza. É importante que todos caminhem no mesmo sentido, que haja uma motivação maior para que não se perpetuem as medidas e as políticas e igualmente a pobreza e a exclusão social. Quanto maior for o envolvimento e a participação das pessoas em situação de pobreza na definição dos seus percursos de vida e na resolução dos seus problemas maior será o sucesso da luta contra a pobreza.

Claro que nós estamos conscientes dos obstáculos e das dificuldades e claro que sabemos que a resolução destes problemas não acontece no curto prazo, mas é preciso proceder a mudanças profundas nas instituições públicas e privadas que trabalham neste domínio.

É preciso mudar o focus da intervenção, é preciso investir nas pessoas e não olhar apenas para os números, os resultados. É preciso fazer uma intervenção qualitativa e proporcionar as condições aos trabalhadores sociais para efectuar um trabalho de proximidade, baseado na confiança mútua, no respeito e na qualidade.

Queria com isto deixar uma mensagem de confiança e de esperança no futuro, acreditar também que é possível fazer melhor, unindo os vários esforços e apostando acima de tudo nas potencialidades das pessoas que neste momento enfrentam situações mais difíceis.

Espero que no próximo ano possamos todos estar aqui com uma mensagem positiva, testemunhando um real progresso no domínio da luta contra a pobreza e identificando novos caminhos que nos levem à construção de um país mais justo e coeso.

Reafirmo assim a nossa confiança no ano 2010 como um ponto de viragem que consiga assinalar progressos na luta contra a pobreza. Queremos que o Ano 2010 seja mais do que um conjunto avulso de iniciativas protagonizadas por entidades públicas e privadas. Queremos que o Ano 2010 seja um ano de compromissos, de resoluções e de decisões. Queremos portanto que seja um ano de compromissos com as pessoas.

5. CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

5.1 - A pobreza envergonhada/novas formas de pobreza:

A reflexão em grupo com pessoas que vivem em situação de pobreza e de exclusão social sobre a temática das novas formas de pobreza / pobreza envergonhada remeteu-nos, antes de mais, para uma primeira conclusão geral: a pobreza e a exclusão social não correspondem a condições de vida exclusivas das pessoas que nasceram em contextos de desfavorecimento económico, social e cultural. A pobreza e a exclusão podem interromper qualquer percurso de vida caracterizado pela estabilidade económica e pela integração social. Falamos pois de um certo grau de imprevisibilidade relativamente ao presente e ao futuro, o que nos obriga, enquanto sociedade, a estarmos atentos e a accionar medidas preventivas, por um lado, e por outro a mudar ou a reavaliar as estratégias delineadas para lutar contra a pobreza e a exclusão social.

“O que é para si ser pobre?” – foi a questão que serviu de mote ao debate dentro do grupo de trabalho, questão essa que foi respondida através de fotos que as próprias pessoas tiraram e que retratam as suas percepções e vivências. Embora existissem no grupo algumas pessoas que vivem num ciclo de pobreza instalada desde a infância, a maioria dos participantes do grupo de trabalho já viveram em melhores condições de vida no passado. Assim, as respostas remeteram-nos para realidades, percursos de vida e pontos de partida distintos, existindo contudo sentimentos ligados à exclusão bastante comuns, tais como a própria interiorização do estigma associado mais fortemente aos percursos de mobilidade descendente.

O sentimento de “Viver em Pobreza” surgiu como intimamente relacionado com cinco grandes dimensões da vida: bens essenciais (alimentação, vestuário, etc.); equipamentos sociais, saúde, emprego e habitação.

Assim... viver em situação de pobreza e/ou exclusão pode ser:

- **Não ter o que comer, ou tendo o que comer, não poder proporcionar uma alimentação equilibrada á família,** sobretudo às crianças, e em quantidades adequadas. A questão de não ter alimentos, no sentido de passar fome, surgiu nos discursos das pessoas sobretudo quando se referiram a uma fase inicial em que se viram em situação de pobreza de forma relativamente inesperada (ou não) e que não conheciam onde se dirigir para pedir ajuda, ou relacionada com a própria vergonha social que as impediu de o fazer durante algum tempo.

No entanto, o que emergiu mais fortemente no debate foi a questão da qualidade da alimentação que fica comprometida quando não existem recursos económicos suficientes para adquirir os alimentos mais saudáveis e com a frequência e quantidades adequadas. A falta de informação sobre as respostas/apoios que existem a este nível foi referida como um entrave também para algumas pessoas.

- **Não possuir fácil acesso a equipamentos sociais de apoio á família**, esta dimensão aparece sobretudo associada à resolução de problemas ligados ao apoio à saúde mental, a problemas de toxicodependência e alcoolismo, bem como nas estruturas de apoio a crianças e a pessoas com doenças crónicas, neste último caso o problema dos idosos em situação de pobreza foi especialmente focado.
- **Não usufruir devidamente dos cuidados básicos de saúde necessários** – o que se traduz num factor de exclusão, quer para os próprios, quer para os seus descendentes e conjugues. Esta relação entre o difícil acesso aos cuidados de saúde fundamentais e a exclusão surge fortemente relacionada com a dimensão profissional de empregabilidade, na medida em que o próprio desempenho profissional / procura de emprego ficam fortemente condicionados. A interdependência entre estas duas dimensões – Saúde/emprego – lançam muitas famílias na condição de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, que surge como única saída possível.
- **Não ter emprego** – o que nos remete não só para a privação do acesso aos bens essenciais pela ausência dos recursos financeiros provenientes da contrapartida que o emprego trás (salário), mas também pela ruptura de relações sociais que daí advêm, inerentes aos próprios contextos de trabalho, e que são estruturantes e fundamentais para a integração e para o equilíbrio social e psicológico dos indivíduos. Na opinião dos participantes no grupo de trabalho aqui em questão, os factores que mais condicionam (negativamente) o acesso ao mercado de trabalho são:
 - A **idade** – muitas vezes a chamada “meia-idade”, associada também a baixas habilitações escolares e profissionais e, não poucas vezes, ao próprio tecido empresarial débil da zona onde residem.
 - **Famílias Monoparentais** em situação de pobreza – a ausência de retaguarda familiar e a dificuldade que existe em conciliar a esfera profissional com a esfera familiar lança estas famílias nas estatísticas dos excluídos do mercado de trabalho, de forma mais evidente as mulheres com filhos pequenos a cargo que se vêm impedidas de obter um emprego ou uma formação adequada à obtenção de uma carreira profissional. Estas dificuldades resultam, em grande parte, da falta de apoio institucional à guarda das crianças e, em particular, em determinados horários laborais.As situações de desemprego em famílias monoparentais torna-se ainda mais evidente quando associada á existência de doenças crónicas ou incapacitantes nas próprias crianças, relativamente às quais não existem ainda respostas integradas onde o apoio ao nível dos cuidados de saúde se integre, por exemplo, nas instituições de ensino e de apoio á infância. A título de exemplo, foram referidos casos de mães que não podem trabalhar porque necessitam de ir à escola dos filhos, que sofrem de diabetes, diariamente para lhes

injectar insulina, ou para outro tratamento ou actuação de emergência que surja como premente, pelo facto de não existirem nesses espaços técnicos da área da saúde que possam dar uma resposta imediata e eficaz, o que libertaria estas mães/pais para o desempenho das suas profissões nos horários e com as exigências que o mundo do trabalho exige.

- Não ter uma **Habitação** digna – Sobre este aspecto os participante no grupo de trabalho referiram predominantemente a degradação física dos edifícios em que habitam, associando assim a pobreza e a exclusão social às más condições de habitabilidade. Referiam-se sobretudo a casas sem água, sem luz, sem espaço e divisões suficientes para toda a família, condições que se reflectem na saúde de quem aí habita, quer física quer psicológica, assim como nas próprias relações sociais que se vêm mais reduzidas e frágeis.

Estas dimensões reflectem sobretudo a percepção dos participantes da sua própria condição de pobreza e dos seus familiares mais próximos e da sensação de que o ciclo geracional de reprodução da pobreza é difícil de quebrar, considerando-se, portanto, que a pobreza tem também um aspecto geracional. Associado a esta ideia, surge a observação de que lhes “faltam apoios a nível económico e social, mas também psicológico e de orientação dos percursos de vida”. Apesar das condições de vida em que vivem estes cidadãos consideram, no geral, que existem alguns apoios por parte das políticas sociais que vão criando alguma “luz ao fundo do túnel”. Apesar dos problemas apresentados existe algum optimismo na superação da sua própria condição social e económica.

Após a reflexão sobre os principais problemas que afectam as pessoas que vivem em situação de pobreza e/ou de exclusão social foram elencadas um conjunto de **sugestões** para se fazer face a esses problemas, tais como:

- Do ponto de vista das políticas públicas de apoio mais imediato, foi sugerida a criação de centros de acolhimento e alimentação para responder a emergências sociais em todo o país, particularmente em zonas mais afectadas pelo desemprego e por outras carências que exigem uma resposta mais rápida e eficaz.
- Do ponto de vista das políticas de saúde, foram sugeridas algumas medidas que poderiam ajudar e apoiar as famílias que são mais afectadas pela falta de acesso a serviços de saúde e possuem elementos que necessitam de cuidados mais regulares: o aumento da criação de centros de apoio à toxicodependência e ao alcoolismo; aumento do número de respostas na área da saúde mental, com a elaboração de projecto de vida; maior apoio às famílias carenciadas com doentes crónicos e a mobilização de uma bolsa de voluntariado de técnicos de saúde, que possam exercer estas funções em escolas, ao domicílio, em bairros sociais e todos os locais onde este tipo de apoio seja necessário e responda a uma necessidade de apoio às populações em situação de pobreza e/ou exclusão social.

- O problema da habitação, já descrito como grave ou muito grave para determinados grupos sociais mais desfavorecidos, foi sugerido um esforço acrescido por parte das entidades responsáveis, quer ao nível da administração central (governo, ministérios da Solidariedade Social, ...), quer pelas autarquias locais, que neste capítulo têm a responsabilidade da gestão destes equipamentos, para aumentar os trabalhos de recuperação de edifícios, particularmente nas zonas históricas de algumas cidades e vilas portuguesa, que se encontram bastante abandonadas, e em más condições de habitabilidade. Esta solução poderia abranger, quer os edifícios que estão sobre a responsabilidade pública, quer os que são privados. Tendo as autarquias de fazer um esforço real de reconstrução e recuperação destas habitações, fixando por um lado as populações, nas zonas históricas e por outro lado, recuperar o prestígio desse património. Relativamente às zonas rurais poder-se-ia fazer igualmente um esforço de recuperação e reconstrução de edifícios. Quer uma quer outro tipo de intervenção abrangeriam o problema habitacional de muita gente que vive em situação de desfavorecimento social, particularmente a população jovem e idosa.

Esta sugestão, foi aprovada como sendo uma “boa prática”, podendo muitos desses edifícios serem recuperados para a criação de equipamentos sociais e uma resposta social adequada à resolução do problema habitacional de populações desfavorecidas.

- Prestação de trabalho voluntário por parte dos beneficiários do RSI – para aqueles que tenham idade adequada e sem problemas de saúde – a favor da comunidade local. Esta seria uma forma de rentabilizar recursos humanos e de fomentar a inserção sócio laboral, teria ainda uma componente psicológica de integração fundamental para muitos cidadãos beneficiários da medida e que não conseguem arranjar trabalho ou não se encontram a frequentar nenhuma formação profissional. O voluntariado surge assim como uma forma de ajudar a comunidade – segundo a opinião dos participantes – e é também uma forma de toda a sociedade ver que o dinheiro investido nesta medida de política social é bem empregue, melhorando assim a “imagem” negativa que por vezes existe sobre os beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

5.2 - Saúde e pobreza

A temática deste workshop centrou-se numa primeira fase na resposta à questão: “***De que forma os problemas de saúde afectam a qualidade de vida das pessoas***”, particularmente das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social.

As respostas, tendo como base as fotos apresentadas, transpareceram uma opinião negativa, no sentido em que a ausência de condições de saúde origina dificuldades de acesso a determinadas dimensões (afectos/emprego/quotidiano) que, em alguns casos, pode levar a interiorizações negativas (indiferença/vergonha).

Assim, tendo em conta este enquadramento ao nível das respostas, desenvolveram-se as seguintes reflexões (agrupadas por dimensão):

Afectos:

- Pouca vontade de conviver e desfrutar com a família.
- Falta de apoio da própria família.
- *“Peso para a família”; “Sombra de si mesmo”; “Sombra para a sociedade”.*
- Causa de *stress/ansiedade/depressão*.

Emprego:

- Dificuldade em competir no mercado de trabalho
- Dificuldade em arranjar empregos respeitadores e compatíveis com as limitações que surgem (por exemplo: doenças crónicas ou prolongadas)
- Dificuldade em demonstrar a incapacidade perante juntas médicas para poder aceder a prestações sociais o que obriga à procura de emprego (o que conduz às primeiras respostas – círculo vicioso)
- Preconceitos *“as pessoas olham para nós mas não vêem o que vai cá dentro”/“tem bom corpo para trabalhar e anda aqui a pedir ajuda”*
- Insensibilidade dos patrões

Quotidiano:

- Dependência total (tarefas básicas – comer, vestir), perda de liberdade e autonomia que podem conduzir à institucionalização
- Incapacidade para agir e dificuldades de inserção na sociedade
- Falta de alimentação
- Dificuldade de acessos a edifícios (barreiras arquitectónicas)
- Dificuldade de participação e/ou exercício de cidadania
- Dependência de medicação e de aparelhos
- Dificuldade na progressão dos estudos
- Burocracia (a Segurança Social não aceita relatórios de médicos especialistas, mas apenas do médico de família)
- Prestações sociais de assistência muito baixas
- Falta de acesso a divertimentos / exercício físico / espaços públicos
- Mau atendimento médico /recusa de exames de diagnóstico por saírem caros ao Estado
- Preconceitos por desconhecimento da doença
- Falta de transportes de doentes, sobretudo no interior do país
- Importância do exercício físico (sobretudo na terceira idade) para o equilíbrio físico e mental
- Promoção da saúde e prevenção da doença (incentivo às iniciativas camarárias)
- Proactividade dos serviços de saúde, promoção da construção de projectos de vida alternativos

- Apostar na humanização do pessoal da saúde e em acções de sensibilização para médicos de família

Interiorizações negativas (indiferença/vergonha), em resultado das reflexões dos quadros anteriores:

- Obscuro, sofrimento, isolamento, solidão, depressão.
- Falta de alimento espiritual.
- Esconder a doença da sociedade (caso específico de bulimia nos jovens e doenças do foro psiquiátrico).
- Baixa auto-estima.
- Discriminação e indiferença da sociedade.

Numa segunda parte do workshop, reflectiu-se sobre as respostas apresentadas, esclareceram-se algumas dúvidas pontuais (ex.: Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia – SIGIC) e consensualizaram-se as principais conclusões, bem como as **questões** a levantar ao painel de respostas, nomeadamente:

1. Como funciona o SIGIC? É possível haver um adiantamento das despesas inerentes às operações e não um reembolso, visto que há pessoas que não têm poder financeiro para fazer esse adiantamento?
2. Temos vindo a reparar que para campanhas como a que estamos a assistir em relação à prevenção do H1N1 há meios humanos e financeiros relevantes. Se existem esses meios financeiros, porque não são utilizados para uma melhor educação para a saúde, nomeadamente, apostar em campanhas de informação/sensibilização, como por exemplo, o facto de as pessoas desempregadas estarem isentas do pagamento de taxa moderadora?
3. Porque é que quando se liga para o INEM a chamada tem de ser sempre reencaminhada para os serviços de Lisboa e só depois para o distrito e concelho de onde se liga? Será que não é possível colmatar esta falha que pode pôr em causa a assistência médica num caso de vida ou morte?
4. Porque é que ao nível da terapia da fala há respostas diferentes no interior do país comparativamente com o litoral?
5. Qual o papel do Alto Comissariado para a Saúde na divulgação da informação sobre direitos e deveres dos utentes do SNS?
6. Como é que o Estado pode ressarcir os utentes por informações mal prestadas, erros médicos que prejudicam a qualidade de vida dos utentes?

5.3 - Emprego e desemprego;

Cabe fazer uma ressalva para a heterogeneidade do grupo de participantes. Embora sendo uma amostra composta maioritariamente por mulheres, os participantes tinham idades muito diversificadas, provinham de meios diferenciados, alternando entre o urbano e o rural, apresentando problemáticas com contornos variados. Apesar desta heterogeneidade, um aspecto é comum: um percurso de vida marcado pela falta de oportunidades e precariedade no emprego.

Para os participantes, o emprego permite a satisfação de necessidades a vários níveis: necessidades físicas, segurança, pertença, reconhecimento e auto-realização. É dado relevo, por um lado, à satisfação das necessidades básicas (em particular a alimentação e habitação condigna) e ao sustento da família e, por outro lado, a pertença e a auto-realização (realização pessoal, profissional e social) que se repercute nos níveis de auto-estima. O emprego possibilita um sentimento de pertença social, pelo conjunto de redes de sociabilidade que potencia, possibilitando assim uma maior integração na sociedade/comunidade. O desempenho de uma actividade profissional associa-se à ideia de estabilidade financeira, familiar e emocional.

Pareceu evidente a identificação de dois grupos etários particularmente afectados pelo desemprego, tendo em conta a actual conjuntura económica: (1) os jovens que pretendem (re)ingressar no mercado de trabalho e (2) as pessoas com 50 ou mais anos que perderam o seu emprego, nomeadamente, devido a falência ou deslocalização de empresa (ramos referidos: têxtil e construção civil). Este último grupo etário referiu o sentimento de alguma discriminação nas entrevistas de selecção de emprego, devido à idade. Tem-se assistido ainda ao aumento de desemprego dos jovens licenciados, embora a obtenção de uma licenciatura seja entendida como um instrumento eficaz para a inserção laboral.

Perante as dificuldades económicas do quotidiano, associadas à ausência de um salário(s) e ao baixo valor das prestações sociais (nomeadamente do RSI), agudiza-se o recurso a estratégias de “sobrevivência” tais como a agricultura de subsistência (para consumo próprio), o trabalho em part-time, quer por conta de outrem, quer por conta própria (ex. artesanato), o trabalho sazonal ou ainda a emigração que embora com contornos muito diferentes da que ocorreu nos anos 60/70 em Portugal, ainda é vista como uma estratégia relevante.

Pareceu evidente o sentimento de alguma impotência e mesmo desânimo face aos problemas que enfrentam, a falta de um projecto de vida e o sentimento de marginalização e estigmatização na sociedade/comunidade onde residem. Entendem que de um modo geral são vistos como pessoas incapazes, acomodadas e dependentes dos subsídios estatais. Estas afirmações evidenciam os estereótipos de que são alvo e a necessidade de intervir junto da sociedade civil, no sentido de informar e desmistificar os preconceitos instalados. Todas estas representações originam um sentimento de mau-estar psicológico e um sentimento de injustiça, uma vez que o emprego é reconhecido por todos os participantes como essencial e dignificante para a pessoa humana.

Mais do que a valorização dos apoios de ordem assistencial, reconhecem a importância de melhorar as suas competências pessoais, comportamentais e relacionais, bem como profissionais de forma a obter um emprego, destacando o acesso à formação profissional. Houve ainda referência a alguma incapacidade na gestão do orçamento familiar. Evidenciou-se uma preocupação e um apelo a um maior apoio das estruturas locais de apoio ao emprego. A expressão utilizada foi “é importante que nos ensinem a pescar”. Esta frase é reveladora de uma consciencialização e auto-responsabilização pelos processos de mudança das suas vidas.

O facto de alguns dos participantes já terem frequentado mais do que um curso de formação profissional, evidencia a desadequação (há muito identificada) nomeadamente, em relatórios de avaliação de programas e medidas no âmbito dos Fundos Comunitários, entre a oferta formativa e as reais necessidades de mão-de-obra (desadequação entre oferta e procura de emprego). Será caso para questionar, se no topo das preocupações e prioridades constam efectivamente as necessidades e os problemas das pessoas ou a sustentabilidade das organizações que actuam no terreno? Deve recentrar-se o foco das prioridades na resolução efectiva dos problemas das pessoas e não na sustentabilidade das organizações.

Algumas doenças incapacitantes para o trabalho, embora reconhecidas nos outros países da UE, não são reconhecidas como tal em Portugal, inviabilizando assim o acesso à pensão de invalidez. Foi referido o caso da fibromialgia que é uma síndrome musculoesquelética crónica que origina dor generalizada nos tecidos moles e está na origem de uma incapacidade física e emocional.

Foi referida a falta de estruturas de apoios de nível domiciliário para cuidar de familiares com doenças crónicas, nomeadamente, com doenças oncológicas – cuidados paliativos. Cuidar de familiares doentes, requer uma disponibilidade a tempo inteiro e impossibilita a procura e o exercício de uma profissão. Estas pessoas com baixos recursos são assim deixadas numa situação de extrema fragilidade, sem possibilidade de escolha.

O percurso profissional dos participantes é marcado pela precariedade de emprego, nomeadamente, no que concerne aos beneficiários de medidas de emprego protegido, tais como os Contratos Emprego-Inserção (Ex-POC – Programas Ocupacionais) e as Empresas de Inserção (EI). Ambas as medidas prevêem um tempo limitado de emprego; no caso dos Contratos Emprego-Inserção, embora com possibilidade de renovação do contrato, estes têm a duração de 12 meses; no caso das EI, o exercício da actividade profissional é regulado por um contrato de trabalho a termo certo não inferior a 6 meses nem superior a 24 meses, excepto quando os colaboradores são integrados no quadro de pessoal, o que raramente acontece. No cerne da questão está o desfasamento entre a conceptualização e os fins a que se propõem as medidas estatais de apoio ao emprego, que são entendidas como meritórias, e a utilização das mesmas por parte das entidades patronais*, não se vislumbrando perspectivas de um emprego estável. Foi referido o uso abusivo das prestações de serviços (recibos verdes) e dos contratos a termo, uma abordagem

pouco humanizada e pouco centrada na pessoa. Se o emprego protegido é entendido como uma etapa para uma efectiva integração profissional, na medida em que se propõe desenvolver ou melhorar as competências socioprofissionais, a transição para o mercado de emprego dito “normal” não é efectiva.

Ter um emprego inclui direitos sociais que frequentemente são negados (subsídios de férias e de Natal, baixa médica, subsídio de almoço, etc.). Os baixos salários são ainda questionados, os empregos desqualificados são árduos e mal remunerados em Portugal. Remete-nos para a ideia de que o acesso a um emprego e respectivo salário não garante só por si a imunidade à pobreza (Segundo as fontes oficiais, estipula-se que existem em Portugal 12% de trabalhadores pobres).

Quanto às medidas de apoio à criação do próprio emprego, de que são exemplo as ILE (Iniciativas Locais de Emprego) foi referida a falta ou inadequação das metodologias de informação utilizadas, por exemplo, o facto das sessões colectivas de informação serem demasiado genéricas e ainda a morosidade na resposta por parte do IEFP aos projectos apresentados (ex. uma senhora teve de aguardar dois anos para obter uma resposta à sua candidatura).

* Porque a legislação assim o permite.

Por fim, foi referida a falta de oportunidades de emprego para os imigrantes, mesmo com qualificações superiores, o não reconhecimento da equivalência de cursos superiores adquiridos em países extracomunitários (ex. o caso de uma Venezuelana licenciada em Administração e Marketing que se encontra no desemprego há cinco anos).

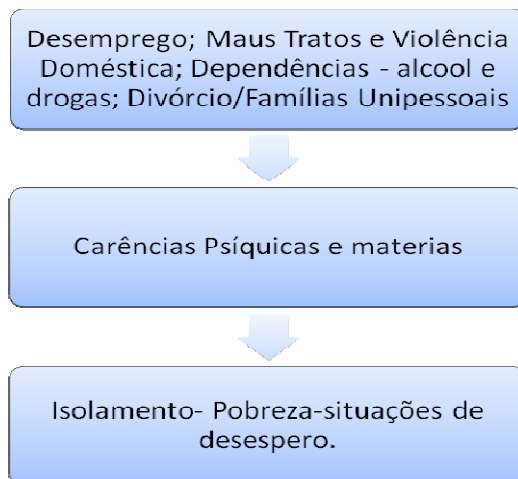
Questões para painel de respostas:

NOTA: O grupo de participantes lamentou a ausência de um representante do IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) no painel de respostas, tendo sido decidido unanimemente incluir uma nota prévia aludindo a este facto previamente à leitura das conclusões.

1. Por que razão certas doenças (por exemplo a fibromialgia) que são de facto incapacitantes para o trabalho, não são consideradas para efeitos de pensão de invalidez, como acontece noutros países da União Europeia?
2. Até que ponto as medidas de apoio ao emprego protegido (Contratos Emprego-Inserção, ou seja ex-POC – Programas Ocupacionais, por exemplo) garantem a real inserção no mercado de trabalho?
3. A inexistência de respostas ao nível dos cuidados paliativos impede frequentemente os familiares destas pessoas de poderem exercer uma actividade profissional. Como ultrapassar esta situação?
4. O não reconhecimento das habilitações académicas/formação de imigrantes provenientes de países extra-comunitários impede o acesso destes cidadãos a empregos compatíveis com as suas reais qualificações, remetendo-os muitas vezes para situações de sub-emprego. Como resolver esta situação?

5.4. Rendimento Social de Inserção

O desafio colocado aos participantes teve por base a pergunta: “O que significa para si ser beneficiário do RSI?”. A reflexão partiu da análise da fotografia escolhida por cada participante. As frases que se seguem espelham as respostas dadas. Todos os participantes do grupo já auferiram, ou auferem actualmente, o Rendimento Social de Inserção.



O RSI ...

“Permite que as pessoas vivam com alguma dignidade”

“Permite suprir as necessidades básicas”

“Ajudou-me a ficar de pé e a ter coragem para viver”

“Permitiu-me endireitar a minha vida”

“Foi uma oportunidade para aprender a ler e a escrever”

“Permitiu-me aumentar a minha auto-estima, mimar-me, tratar-me”

“Permitiu-me encontrar um trabalho”

“Permitiu-me ter o básico para me sustentar”

“Permite-me “pagar as contas fixas” e organizar a minha vida”

“ Inseriu-me de novo”

“ O RSI não é um método de vida, é um método de sobrevivência”

“ Com o RSI, não se vive, sobrevive-se”

“ Quando nascemos, nascemos para um fim: sobrevivência”

“O RSI não retira os sem abrigo da rua, não lhes dá uma cama, apenas os faz continuar com os vícios”

“ O RSI não é solução para os sem abrigo, não é um projecto de inserção, não é eficaz”

“ Para resolver os problemas dos sem abrigo, não significa que seja necessário retirar-lhes o apoio, é sim necessário realizar um rastreio, para que se percebe quem quer ser reinserido na sociedade”

“ Ocupar os sem abrigo é uma forma eficaz de os retirar da rua: alojamento e uma ocupação”

“ Para um sem abrigo, o RSI permite que não lhe falte nada!”

“ Se não fosse o RSI já tinha morrido”

“ Há pessoas que beneficiam e não precisam; há pessoas que não beneficiam e deveriam beneficiar. Devia de existir uma análise caso a caso”

“ O RSI ajuda até um certo ponto, mas a uma certa altura, a porta fecha-se”

“ Quem recebe RSI devia ser obrigado a ter uma ocupação/voluntariado/trabalho, pois permite que as pessoas continuem integradas na sociedade e não se isolem.”

“ O RSI foi uma oportunidade para aprender a ler e a escrever”

“ É melhor estar a trabalhar do que estar em casa a receber o RSI”

“Vivo do RSI”

“Receber uma ajuda é uma vergonha”

“ O RSI é uma bengala. Precisei de apoio para seguir o meu caminho”

[Foi uma “bengala” muito importante, durante um tempo em que precisei de ajuda]

(esta ideia remete-nos para a foto escolhida pelo grupo, no final do GT)

Fragilidades...

- Persiste ainda falta de informação e desconhecimento sobre a Medida e sobre os Contratos de Inserção Social. Deveria ser melhorada a “Rede de Relações”, para que a informação sobre o Rendimento Social de Inserção e os Contratos de Inserção Social seja mais facilmente descodificada, o que poderia precaver algum isolamento.

- A atribuição do RSI deve ser melhor acompanhada e fiscalizada, uma vez que existem pessoas que dele necessitam, não o recebendo e outras que, não precisando assim tanto, o recebem.

- A atribuição do RSI deve ser mais personalizada, o apoio deve ser mais individualizado, porque cada caso é um caso.

- Sendo a prestação do RSI, baixa, a possibilidade de reforço em situações de saúde precária, deficitária deveria ser ponderada.

- No que diz respeito aos Contratos de Inserção Social, deve ser repensada a estratégia de inserção, uma vez que, na maioria dos casos, as pessoas são integradas em cursos sem possibilidade de escolha da área. Passam de “pessoas dependentes de RSI”, a “pessoas dependentes de Cursos”. As soluções de formação têm que ser bem equacionadas.

- Deve haver um acompanhamento mais eficaz às famílias do RSI, envolvendo pessoas (por ex. em estágios) que possam trabalhar no terreno, apoiando as técnicas que trabalham no gabinete e que não conseguem acompanhar de forma sistemática, as famílias que auferem RSI.

No que diz respeito, especificamente, aos Sem-Abrigo...

- O RSI, só por si, não é um projecto de inserção, pode, inclusivamente, “alimentar o vício”, protelar a sua reinserção, adiar a saída das ruas. Para os Sem-Abrigo é necessária uma estratégia diferenciada.

- Relativamente ao apoio dado através do RSI, há que ensinar as pessoas a planear, a criar objectivos e caminhos para a sua vida. Relativamente ao subsídio e à ajuda dada, “não basta que os outros nos ajudem, nós também temos de batalhar por nós próprios”

Conclusões:

- Há necessidade de uma maior **fiscalização** na atribuição do RSI, assim como uma monitorização, mais próxima do beneficiário, para que se evitem casos de injustiça. É importante uma maior triagem/fiscalização na atribuição do RSI, cometem-se, ainda, muitos erros;
- O RSI apenas permite que as pessoas/ beneficiários(as) tenham acesso às necessidades básicas, sendo necessário, para quem pode, continuar a recorrer a familiares, para garantir a sobrevivência.
- Grande parte dos beneficiários de RSI **isola-se** da sociedade, ou por vergonha ou por falta de meios. Para combater esta situação seria importante que lhes fosse atribuída uma ocupação (voluntariado; serviço cívico);
- Os contratos de acção local permitem que alguns dos beneficiários/as do RSI, obtenham um emprego, embora precário, na medida em que lhes são conferidos contratos a termo.
- Actualmente, existem **novas formas de pobreza**, ou seja, as pessoas que num passado recente tiveram todas as condições pessoais, financeiras e profissionais, vêem-se agora no desemprego e com necessidade de solicitar o apoio da segurança social (RSI).
- As condições de vida das pessoas, mesmo das que auferem RSI, poderiam melhorar através da obtenção de um emprego ou através do aumento do nível académico. O IEFP não dá resposta aos beneficiários no que se refere à obtenção de um emprego. Quanto à formação, oferece cursos que não permitem aumentar o seu nível académico.
- As estratégias de Intervenção devem ser diferenciadas, pois o RSI é uma bengala para uns, mas é também um modo de vida para outros (cria habituação);
- O não isolamento é fundamental, partilhar experiência e conhecimento é importante;
- É urgente fazer sensibilizar as pessoas, para acabar com os estereótipos/estigmas da sociedade em relação aos beneficiários do RSI (sobre a má imagem de quando vão a um café/cabeleireiro, reconhecendo esta atitude como um luxo, um gasto supérfluo). Também as pessoas que recebem RSI têm direito a ter alguns “mimos de vez em quando”;

Questão feita ao **representante da Segurança Social**, para o Painel de Respostas:

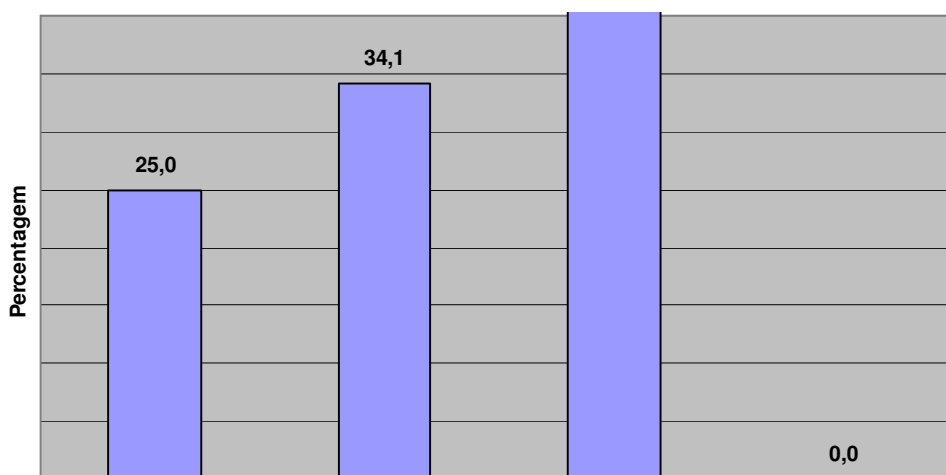
O que pensam fazer para melhorar a Medida – Rendimento Social de Inserção?

6. AVALIAÇÃO

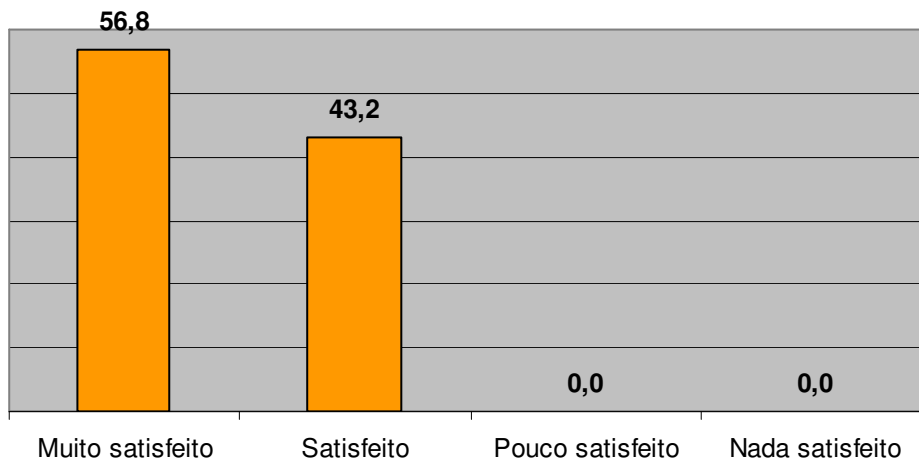
Neste ponto procura-se apresentar a opinião dos participantes recolhida nos questionários de avaliação deste evento que teve uma taxa de aplicação de 66,64% (isto é, obtiveram-se 44 respostas do total de 66 participantes).

A opinião expressa é claramente positiva, a julgar pela satisfação não só com o programa, mas também com os aspectos práticos do evento. Como positivo foram referidos: a possibilidade de conhecer outras pessoas com outras dificuldades, o respeito entre os participantes, a hipótese de partilhar experiências e debater outras realidades, a originalidade da metodologia utilizada, a equipa organizadora do Fórum. No entanto, foram apontados alguns aspectos a melhorar sendo que a necessidade do tempo para discussão foi o mais sublinhado; os participantes querem mais tempo de debate nos workshops, mas também mais tempo para uma discussão mais alargada com os responsáveis políticos. Assinalou-se também alguma insatisfação com o facto de 2 workshops terem decorrido em simultâneo no mesmo espaço.

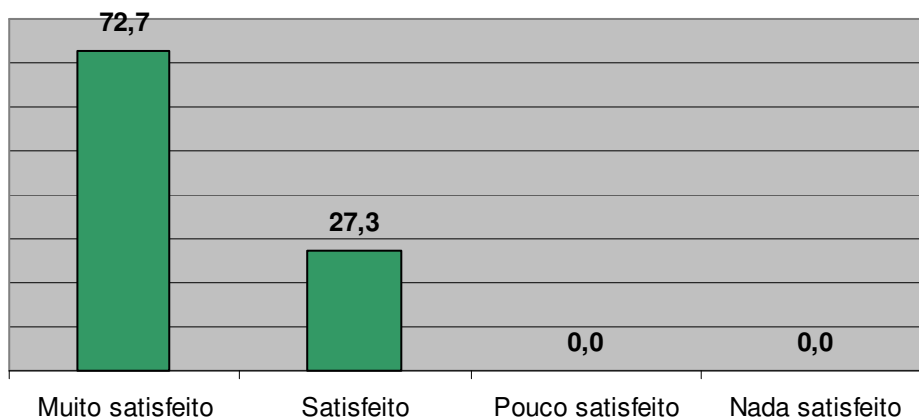
Até que ponto se sentiu preparado para participar neste fórum?



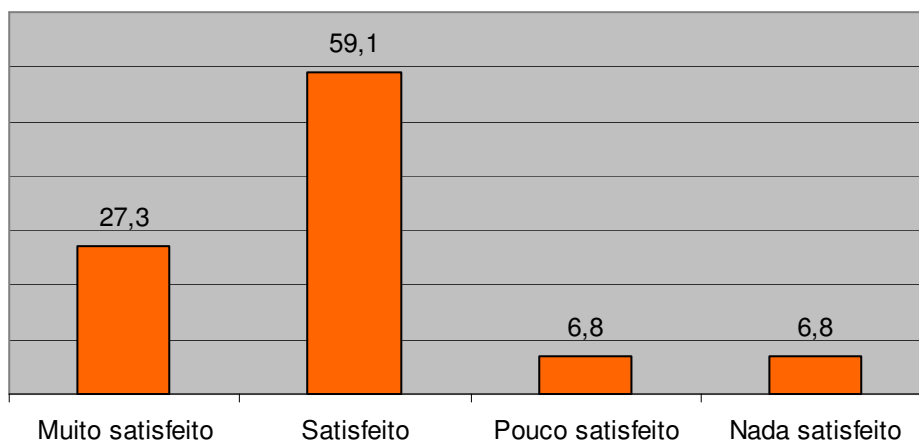
Até que ponto está satisfeito com o programa?



Satisfação com os aspectos práticos (deslocação, alimentação, alojamento, programa social)



Satisfação com tamanho dos workshops



O desejo maior dos participantes é o de que “**as nossas vozes não caiam no esquecimento**”. Mas, ao nível de recomendações para eventos futuros similares os participantes sugeriram – para além da questão temporal já indicada – aspectos como:

- a melhoria da preparação com reuniões prévias das delegações distritais;
- o alargamento dos temas discutidos;
- a procura de uma maior cobertura mediática;
- a melhoria das deslocações que foram bastante exaustivas;
- a procura da garantia de representantes políticos (ex.. foi notada a ausência do representante do IEFP)
- a necessidade de mais encontros deste género;
- a possibilidade de diálogo directo com os decisores políticos;
- melhorias logísticas que permitam o apoio a crianças (filhos dos participantes);
- a garantia de continuidade deste tipo de trabalho;
- a garantia que a melhoria, de futuros eventos, decorre da avaliação feita a este Fórum;
- a melhoria do programa social do evento

7. CONCLUSÃO FINAL

Uma primeira nota deverá ser feita para assinalar a forma como este evento decorreu do ponto de vista da logística que envolveu. A escolha geográfica do local, permitiu reunir numa forma acolhedora e num espaço bastante agradável, delegações de todo o país. Esta foi a nota dominante na avaliação dos participantes relativamente ao Centro de Férias do INATEL na Foz do Arelho.

Apesar da experiência de realização deste tipo de encontros a nível regional e local, foi a primeira vez que se realizou um encontro de carácter nacional, o que aumentou o número de participantes e o esforço de organização. Esta dimensão nacional, exigiu também a presença a nível nacional dos representantes das entidades no painel de respostas finais e uma maior interacção entre todas as pessoas presentes, para além do efeito “multiplicador” dos contactos mais informais e da troca de experiência de vida e de trabalho entre os delegados. Esta última dimensão veio, de alguma forma, colmatar a “falta de tempo” referida pelos participantes e acrescentar um convívio informal entre pessoas que – na maioria dos casos – não se conheciam, mas que partilhavam uma experiência de vida similar embora em contextos geográficos diferentes.

Embora não constituísse uma tarefa fácil, a definição dos temas dos workshops foi relativamente consensual na organização. Se por um lado, os quatro temas propostos resultaram, em grande medida da experiência acumulada de outros eventos em torno da questão da participação das pessoas em situação de desfavorecimento e obedeceu a uma metodologia previamente definida e estabelecida através da consulta aos participantes, por outro, reflectia algumas preocupações expressas pela REAPN em torno da mensagem do 17 de Outubro.

A questão da pobreza e da exclusão social e das políticas públicas relativas ao seu combate é sempre de difícil catalogação por áreas temáticas. Por outras palavras, não se separa a realidade em “capítulos”, a abordagem da temática específica não invalida uma abordagem mais abrangente. Se no caso da temática do emprego/desemprego, o enfoque poderá ser centrado na questão do acesso ao trabalho, na falta de qualificações, na estrutura do mercado ou ainda na questão dos salários, todos estes problemas se relacionam com o acesso aos serviços públicos de saúde, de apoio à família, de formação e qualificação profissional e numa forma idêntica, com o rendimento adequado para viver uma vida digna, a reinserção profissional daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho ou as novas formas de pobreza. A transversalidade tornou-se assim, o “denominador comum” de todos os grupos de trabalho. Se por um lado se procurou focalizar a questão em cada um dos temas propostos, por outro lado, a dificuldade em separar a “realidade” obrigava a que as “fronteiras” de cada tema se esbatessem e dessem lugar a uma abordagem mais personalizada e abrangente de cada temática.

Se retomarmos o documento de conclusões dos Encontros Regionais, realizados em 2008, verificamos que o “traço” central dessas conclusões reflectem uma preocupação com a identificação de obstáculos à participação. Identificando e enumerando vários desses obstáculos, o documento refere claramente que um dos principais é o da não existência em Portugal de “*uma cultura de auscultação da opinião destas pessoas a respeito das políticas sociais activas, da sua qualidade de vida, da eficácia das intervenções e o acesso aos serviços prestados*”. A este obstáculo, acresce ainda a noção – também entre os técnicos de intervenção social e responsáveis pelos serviços públicos de apoio – de que não existe capacidade de identificação e discussão entre estes públicos, dos efeitos de aplicação dessas mesmas políticas sociais. O trabalho desenvolvido pela REAPN, tem vindo a estabelecer exactamente o contrário, ou seja, que estes públicos são perfeitamente capazes de emitir pareceres e opiniões sobre as medidas que os afectam no seu quotidiano – e a prova é exactamente este tipo de eventos – e que por sua vez, a auscultação destes públicos e a promoção da participação é uma condição prévia e fundamental para a elaboração, execução e avaliação dessas mesmas políticas sociais.

Com efeito, a criação de estruturas de base, ao nível dos núcleos distritais: criação de grupos de trabalho compostos por pessoas que vivem ou viveram situações de pobreza e/ou exclusão social, tendo como meta a constituição de um Conselho Consultivo Nacional, onde estão representados cada um dos distritos do país e que se afirme – numa fase posterior – como um órgão de consulta e apoio ao trabalho desenvolvido pela REAPN, constitui uma consolidação de um objectivo fundamental para a implementação da sua filosofia e missão: a participação dos grupos desfavorecidos. A organização deste evento e a de outros realizados em anos anteriores e ao mesmo tempo a sua organização e disseminação nas estruturas distritais tem sido um trabalho em permanente continuidade e evolução, constituído por várias etapas e diferentes estádios de desenvolvimento.

Este trabalho de capacitação e envolvimento, implica desde logo, o acompanhamento e o desenvolvimento de iniciativas com um carácter mais local e em pequenos grupos, com recurso a metodologias mais participativas e apelativas à participação dos cidadãos. A metodologia escolhida para a dinamização destes grupos tem necessariamente que ser trabalhada a diversos níveis, tendo a equipa técnica da REAPN e os grupos constituídos nos diversos distritos, escolhido uma variante da metodologia designada por *photovoice* (inicialmente usada no campo da educação) que combina a fotografia com a acção social de base, ou de “terreno”. Esta metodologia questiona os intervenientes de forma a exprimirem representações da sua própria comunidade ou do seu quotidiano, através das fotos. A intenção é basicamente perceber como conceptualizam as circunstâncias que os rodeiam. Trata-se em grande parte de uma espécie de consulta aos intervenientes, comunidades ou grupos de pessoas – e foi usada nos grupos organizados pelos núcleos distritais, que posteriormente as enviaram para a organização do evento nacional – de forma a trazerem as suas perspectivas.

De acordo com os autores desta metodologia, o Photovoice, permite que se expressem “*aqueles que vivendo em formas diferentes das tradicionais, controlem os meios e as imagens daquilo que os rodeia*” num processo que os ajude a interpretar as circunstâncias e as suas condições de vida. Partindo pois de um objecto “simbólico”, os participantes exprimiram as suas ideias sobre os assuntos propostos e a sua “visão” da realidade, partindo numa fase posterior para o debate, para a discussão, para as propostas e finalmente para a interpelação às entidades públicas, sob a forma de questões obtidas por consenso e colocadas às entidades públicas representadas num painel na sessão plenária final.

Relativamente às principais conclusões dos workshops, já divulgadas nos pontos acima, interessa focar algumas notas mais fundamentais. Em virtude da transversalidade das questões, foi relativamente difícil focalizar cada um dos workshops nos pontos propostos, isto é, as preocupações, propostas, críticas e reivindicações das pessoas, ultrapassam em muito o mero tema do emprego, RSI, saúde e outros. Quando expostos os problemas – muitas vezes, partindo do seu próprio caso pessoal – consegue-se, através da dinâmica do próprio grupo, “passar” para um patamar mais colectivo e formular soluções, opiniões e fomentar a discussão interna no seio do grupo. As temáticas que mais afectam os delegados foram expostas de uma forma simples e clara, expondo o seu exemplo e – eventualmente – a solução para o problema.

Nenhuma temática suscitou mais discussão do que o Rendimento Social de Inserção. Com efeito, existiram inclusivamente algumas afirmações mais “vivas” e críticas relativamente à aplicação da medida, particularmente à carga simbólica e mediática que ela possui. Duma forma geral, a medida é bem aceite e é reconhecido o seu papel de “ajuda” nas situações de pobreza, que resultam de desemprego, saúde precária, reformas insuficientes, habitação degradada e outros problemas, mais ou menos comuns a todos os participantes. No entanto, transparece a ideia de que o seu benefício não é entendido da mesma maneira: se para alguns ela é e continuará a ser a única forma de sobrevivência, provavelmente até ao final da vida, uma vez que as circunstâncias os impedem de ter outra qualquer forma de rendimento; para outros, ela é uma medida transitória, com uma forte carga negativa relativamente à imagem social que cria. Neste últimos casos, a ultrapassagem desta “etapa” é fundamental, através da obtenção rápida de um emprego estável, de formação para o mercado de trabalho e consequentemente de uma vida diferente.

O desemprego é, por outro lado, uma situação difícil, particularmente para aqueles(as) que ainda se encontram em idade activa, possuem pouca formação académica e profissional e – não são raros os casos – que sempre exerceram uma actividade profissional pouco qualificada, repetitiva ou que vivem em zonas onde encontrar trabalho dentro da sua área de formação é extremamente difícil (caso das indústrias têxteis ou calçado). Muitos destes casos já ultrapassaram alguns anos de desemprego, recebendo o subsídio a que tinham direito, frequentando uma ou mais formações profissionais e acabando a receber o RSI, por via da impossibilidade de obter outro tipo de rendimento. Para estes, falar desta questão é por vezes doloroso, são histórias de gente que já teve emprego, direitos, viveu relativamente bem num quotidiano de estabilidade económica e teve

– pelas circunstâncias que se seguiram – de abdicar de um determinado nível de vida. São sobretudo histórias de frustrações acumuladas e tentativas de regresso ao que se poderá qualificar como uma “miragem” – um emprego.

A saúde é também um tema bastante associado ao RSI e ao desemprego, assim como a novas formas de pobreza, ou antes a ausência de saúde e a impossibilidade de trabalhar por questões relacionadas com o estado de saúde. Mas não só para os que ainda poderiam estar inseridos no mercado de trabalho – porque ainda estão em idade activa – o problema da saúde afecta o rendimento, incapacita para o trabalho e coloca-os numa situação precária; há ainda os problemas que são relacionados com os familiares com doenças crónicas ou incapacitantes e que requerem cuidados permanentes, impedindo o familiar de trabalhar. Igualmente o problema dos idosos, dos toxicodependentes e outros grupos afectados por problemas de saúde e sem solução de rendimento que não seja o RSI.

Finalmente, as novas formas de pobreza associadas ao desemprego, ao endividamento excessivo, à perda de poder de compra e outros problemas surgidos num contexto de crise económica. Para estes muitas vezes o RSI surge como último recurso, depois de percorrida toda uma série de tentativas de solução. O que mais sobressai é sobretudo o sentimento de impotência, vergonha e da falta de apoios adequados, ou em alguns casos a falta de informação para obter apoios.

Restam-nos algumas notas finais sobre a avaliação do evento. Do ponto de vista dos participantes, a avaliação é globalmente positiva, no entanto fazemos dois breves apontamentos sobre a questão do tempo disponibilizado para o Fórum e uma crítica ao painel final de respostas. Relativamente à questão do tempo disponível é quase generalizada a opinião de que este é manifestamente insuficiente para abordar todas as temáticas de uma forma mais profunda. A preocupação dos participantes para que a sua “voz seja ouvida” exigiria – do nosso ponto de vista – um alargamento do tempo dos workshops. Neste sentido, uma das propostas para futuras organizações, contemplará necessariamente um dia inteiro para realizar o trabalho de grupo e outro dia para sessão de abertura, e painel de respostas, bem como um alargamento ao debate em plenário.

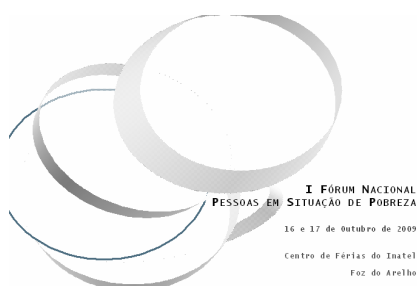
Em relação às respostas do painel final, sentiu-se a falta de tempo para o debate e algumas das perguntas mais concretas, não tiveram respostas no mesmo registo, ou seja, não houve uma resposta directa, pelo menos do ponto de vista de alguns participantes. O problema da falta de tempo poderia ajudar a resolver a sistematização das respostas e potenciar a formulação de mais perguntas.

Algumas notas finais sobre o evento em si: se por um lado nos preocupa a continuidade deste tipo de acções no sentido em que elas são a parte mais visível de um trabalho desenvolvido a nível mais local, sentimos também que o trabalho em parceria com as diversas entidades públicas – particularmente as responsáveis pela concepção, execução e avaliação das políticas públicas, será

um pilar fundamental para a consolidação desta cultura de participação cidadã e da capacitação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social.

Da nossa parte gostaríamos que este documento tenha a maior divulgação possível, junto de todos os envolvidos e que acima de tudo constitua um instrumento de reflexão e apoio às políticas públicas em Portugal.

Anexo 1: Lista de Participantes



Distrito	Participante	grupo
Aveiro	Amândio Boaventura Figueiredo	Novas Formas de Pobreza
	Rui Fernando Santos Alves Costa	Novas Formas de Pobreza
	Ana Paula Simões Moço	Novas Formas de Pobreza
	Andrea Gabriela Gomes Sousa	Novas Formas de Pobreza
Beja	Jorge Manuel Conceição Silva	Saúde e Pobreza
	Diamantino Jesus Cadete	Saúde e Pobreza
	Maria Leoniza Camacho	Saúde e Pobreza
	Maria Catarina Palma Fialho	Saúde e Pobreza
Braga	Íris Carrasquel	(des)Emprego e Pobreza
	Maria José Fernandes	(des)Emprego e Pobreza
	Maria do Rosário da Silva Carvalho	(des)Emprego e Pobreza
	Sónia Bernardo Pereira	(des)Emprego e Pobreza
Bragança	Carla Alexandra Silva Gomes	Saúde e Pobreza
	Ana Cristina Correia dos Santos Falcão	Saúde e Pobreza
	Sónia Resende Machado Neves	Saúde e Pobreza
Castelo Branco	Célia Maria de Almeida Nunes	(des)Emprego e Pobreza
	Luís António dos Santos Dias	(des)Emprego e Pobreza
	Luísa Maria dos Santos	(des)Emprego e Pobreza
	Maria da Trindade Marques dos Reis	(des)Emprego e Pobreza
Coimbra	Natália Anjos Alves Ponte	Novas Formas de Pobreza
	Armando Rodrigues Loureiro	Novas Formas de Pobreza
	Maria deFátima Duarte Gonçalves Preces	Novas Formas de Pobreza
	Fernanda Fátima Rodrigues Silva	Novas Formas de Pobreza
Évora	Maria Jesus Orvalho Costa	Rendimento Social de Inserção
	Paula Clara Pinheiro Araújo Rosa	Rendimento Social de Inserção
	Bieia Wangna Mbombe	Rendimento Social de Inserção
	Sandro Rafael Figueira Santos	Rendimento Social de Inserção
Faro	Celestina Gomes Monteiro	Novas Formas de Pobreza
	Gisela dos Santos Martins	Novas Formas de Pobreza
	Mariama Fati Monteiro	Novas Formas de Pobreza
	Sónia Elisabete Alfredo Sousa	Novas Formas de Pobreza
Guarda	José Vitor Batista Costa	Novas Formas de Pobreza
	Maria Inês Carvalho Jesus Reverendo	novas Formas de Pobreza
	Maria Lurdes Cristina Pais	Novas Formas de Pobreza

Leiria	Alice da Silva Catarino	Rendimento Social de Inserção
	Maria de Lurdes Ferreira Faustino	Rendimento Social de Inserção
	Bruno Filipe Pinhel Cristovão	Rendimento Social de Inserção
	Manuel José Valente Ribeiro	Rendimento Social de Inserção
Lisboa	José António de Jesus Coimbra	Novas Formas de Pobreza
	Maria João Maldonado Cardoso das Neves	Novas Formas de Pobreza
	João Higinio da Costa	Novas Formas de Pobreza
	Sónia Cristina Simões Cardoso	Novas Formas de Pobreza
Portalegre	Ana Laura Pelúcio	Rendimento Social de Inserção
	Lúcia Maria Pereira Marques	Rendimento Social de Inserção
	Cândida Maria Jesus Dias Lúcio	Rendimento Social de Inserção
Porto	Maria Fernanda Fernandes Rodrigues	Rendimento Social de Inserção
	Hélder Manuel Borges Simões	Rendimento Social de Inserção
	Daniel Maria Horta Nova Carvalho	Rendimento Social de Inserção
	Joaquim Castro Mendes	Rendimento Social de Inserção
Santarém	Maria Rosário de Sousa Abreu Carqueja	Rendimento Social de Inserção
	Maria Conceição Anselmo Cardador	Rendimento Social de Inserção
	José Joaquim Reis Jorge	Rendimento Social de Inserção
	Elvira da Silva Calado d' Oliveira Castelo	Rendimento Social de Inserção
Setúbal	Adélia Conceição Fernandes	(des)Emprego e Pobreza
	Jaime Freitas da Costa Filipe	(des)Emprego e Pobreza
	Orlando Manuel Marcelino Coelho	(des)Emprego e Pobreza
Viana do Castelo	Célia Maria Fernandes Cerqueira	(des)Emprego e Pobreza
	Ana Maria Sá Arantes Moreira	(des)Emprego e Pobreza
	João Carlos Gomes de Sousa	(des)Emprego e Pobreza
	Maria de Fátima Ferreira Rosa	(des)Emprego e Pobreza
Vila Real	Gil Vaz de Carvalho	Saúde e Pobreza
	Almira Lopes de França	Saúde e Pobreza
	Anabela Mesquita Monteiro	Saúde e Pobreza
	Rosa Maria Lopes Almeida	Saúde e Pobreza
Viseu	Ana Isabel Gomes da Silva Lopes	Saúde e Pobreza
	João António Santos de Almeida	Saúde e Pobreza
	João José Ferreira Pina	Saúde e Pobreza